

## **29 DE ABRIL: SINDICALISMO DOCENTE, REGULAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA ESTATAL**

*Marcos Alexandre dos Santos Ferraz*

### **Resumo**

O texto procura analisar o uso desmedido de violência na repressão do movimento dos trabalhadores em educação pelo Governo do Estado do Paraná, em 29 de abril de 2015. Para isso, parte-se do princípio que o conflito que opôs Governo e Sindicato é uma questão central, no contexto de construção de políticas de valorização docente. Como método de análise percorreu-se 5 etapas: 1) descrição dos fatos ocorridos; 2) construção do conflito político ao redor da valorização docentes; 3) descrição do cenário político; 4) descrição dos personagens envolvidos; e 5) desenvolvimento de algumas considerações analíticas. Por fim, ainda que seja impossível justificar o ocorrido, o trabalho sustenta que os mecanismos de regulação social foram rompidos, restando apenas a violência estatal.

**Palavras-chave:** Sindicalismo docente, política educacional, violência estatal.

### **Introdução**

No dia 29 de abril de 2015, a população do Paraná – um estado de porte médio da região sul do Brasil – assistiu a um massacre da polícia militar do Paraná, sobre professores, alunos e outros servidores que protestavam diante da Assembleia Legislativa.

Mais que reconstituir o ocorrido, este texto procura reunir fatos dentro de um todo analítico, para explicitar algumas relações causais que lhes revelem sentidos. À rápida reconstituição dos fatos, somam-se três planos analíticos: a política; o cenário; e os personagens. O que chamamos de política, no interior deste artigo, é a configuração que reúne valorização docente, exercício de governo e movimento sindical em uma intrincada relação poder que moldam as políticas educacionais, em especial, no que diz respeito aos padrões de remuneração e carreira dos trabalhadores em educação. Como cenário, buscou-se valorizar conjuntura e estrutura institucional. Quanto aos personagens, o esforço se concentrou não em nomeá-los, mas em descrevê-los de maneira forte, identificando, em suas trajetórias e tradições políticas, os interesses que representam no interior do conflito.

Teoricamente, o texto se apoia sobre uma dupla compreensão da atividade política: conflito de interesses (MARX & ENGELS, 2000; RANCIÈRE, 1996; SCHMITT, 2007; WEBER, 1994) e, concomitantemente, construção do consenso através de atores representativos (HABERMAS, 2001a; 2001b).

A pergunta que orienta a reflexão é: *O que levou dois atores institucionais experientes (Governo do Estado do Paraná e APP-Sindicato) a se envolverem em um ato unilateral de violência desmedida e injustificável<sup>1</sup>? Ou, em outras palavras: Como se rompem as formas de regulação social, restando apenas a violência estatal?* Assim, o que move a presente reflexão é o esforço de compreender os atores e a dinâmica política e social de um país que tem sua história marcada por rompimentos com a ordem democrática.

## Os Fatos

O conflito em questão pode ser dividido em dois tempos. O primeiro envolve uma greve dos trabalhadores em educação e outros servidores do estado do Paraná que se estendeu entre os dias 09 de fevereiro e 12 de março de 2015. Tal greve teve como motivo central as mensagens legislativas 001/2015 e 002/2015, enviadas pelo governador do estado do Paraná, no início do mês de fevereiro. Tais mensagens ficaram conhecidas como o “Pacotaço”, pois, nestas mensagens o Governo propunha alterações profundas na organização do sistema educacional do estado, na organização do trabalho docente e no sistema previdenciário dos servidores do estado<sup>2</sup>.

Assim que o “Pacotaço” tornou-se público, o sentimento subjetivo de injustiça<sup>3</sup> alastrou-se pela rede estadual de ensino rapidamente. A questão diante do Sindicato resumiu-se a como transformar tal sentimento subjetivo de injustiça em uma ação coletiva contundente. A favor do sindicato conspiravam uma greve rápida e vitoriosa que havia sido realizada em 2014<sup>4</sup> e a vitória na defesa de alguns direitos dos professores temporários (PSS’s) – o grupo mais reticente à ação sindical – que tinham sido demitidos sumariamente, na virada de 2014 para 2015, sem totais garantias de seus direitos trabalhistas.

---

<sup>1</sup> *Injustificável*, neste contexto, não busca fazer um julgamento moral ou valorativo da ação tomada pelo Estado. Concordando com Weber (1994) de que um dos traços definidores do Estado moderno é o monopólio legítimo da violência, tornou-se evidente, pela reação da opinião pública condenando a ação do Estado, que, neste caso específico, o grau da violência era injustificável. Em outras palavras, neste caso, a violência por parte do Estado não encontrou legitimidade junto à sociedade, seja pelo grau da violência exercido, seja pelo valor simbólico dos sujeitos que por ela foram atingidos. É neste preciso sentido que usamos a expressão *injustificável*.

<sup>2</sup> Todas as informações que compõem esta reconstituição foram retiradas do site da APP-Sindicato. <http://appsindicato.org.br/>

<sup>3</sup> O sentido de injustiça é tomado em uma conjugação de referências, a partir de Telles, 1999; 2001, Lefort, 1987 e Rancière, 1996, onde o estabelecimento do direito através da lei constrói um campo cognitivo e político que legitima as distribuições e recompensas no interior de uma sociedade. A injustiça corresponde a quebra das expectativas geradas no interior deste campo.

<sup>4</sup> A conexão entre a força das manifestações de 2015 e o sucesso da greve de 2014, como elemento sociológico explicativo, devo ao diálogo com Janeslei Aparecida Albuquerque que levantou esta hipótese.

A ideia da greve consolidou-se, mas a incerteza de sua eficiência não estava descartada, pois, do outro lado do conflito encontrava-se um governador recém-eleito, em primeiro turno, com grande apoio da população e ancorado em uma ampla base parlamentar na Assembleia Legislativa. Mas dentro deste quadro, uma das estratégias foi realizar a assembleia que deflagraria a greve fora da capital do estado, apostando, desde o início, em massificar a greve, levando-a para o interior e evitando que a mesma fosse caracterizada apenas como um ato isolado da capital. Assim, no dia 07 de fevereiro de 2015, reuniram-se na cidade de Guarapuava, distante 257 quilômetros da capital Curitiba, cerca de 7 mil trabalhadores da educação, em assembleia, definiram o início da greve para o dia 09 de fevereiro, uma segunda-feira.

A adesão foi imediata e massiva, e algumas características marcariam esta primeira etapa do conflito. Em primeiro lugar a grande adesão à greve que atingiu todos os 399 municípios do estado e praticamente todas as escolas estaduais. A segunda característica pode ser encontrada no tamanho das manifestações ao longo dos dias de greve, que colocaram, por diversas vezes, mais de 50 mil trabalhadores nas ruas em Curitiba e outras cidades polos do estado. A terceira foi a construção de um acampamento em frente a Assembleia Legislativa Estadual, que se tornou o ponto de encontro e referência do movimento, tendo a presença de professores e outros servidores da educação 24 horas por dia, inclusive no período das festas de carnaval. Por fim, a quarta característica foi a realização de grandes assembleias da categoria – entre 10 e 20 mil trabalhadores – que na fase final do período obrigou o sindicato a alugar um estádio de futebol da capital.

Nos dias 11 e 12 de fevereiro, encontram-se o ponto mais contundente do conflito. Primeiro com a tentativa de o governo votar o “Pacotaço” através de uma manobra regimental em que acelerava o ritmo da tramitação e evitava a votação em plenário, através de sua apreciação em uma comissão especial. Diante disto, seguiu-se uma ocupação da Assembleia Legislativa pelos professores; a tentativa de o governo votar as duas mensagens fora das instalações do Legislativo; o risco da inconstitucionalidade formal de tal ato, o retorno da votação para a Assembleia, que se encontrava cercada pelos grevistas, a tentativa de diversos deputados adentrarem as instalações do Legislativo escondidos no interior de um veículo militar (episódio que ficou conhecido como a bancada do camburão) e por fim, a retirada das duas mensagens legislativas da Assembleia.

Assim, após a retirada do “Pacotaço”, chegou-se ao fim a primeira etapa da greve, com a vitória dos trabalhadores em educação e a manutenção das regras de organização do sistema de ensino, assim como do sistema previdenciário dos servidores públicos do estado.

A segunda etapa da greve tem início com a quebra do acordo firmado no final da greve de fevereiro, quando o governo começa a remeter a Assembleia Legislativa as mesmas medidas, mas de forma parcelada. Quando a reforma previdenciária entra na pauta de votação do Legislativo, a greve é retomada a partir de assembleia realizada no dia 25 de abril, na cidade de Londrina, norte do estado. Com a votação marcada para o dia 29 de abril, uma quarta-feira, já na segunda-feira, dia 27, a praça Nossa Senhora de Salete, em frente da Assembleia Legislativa Estadual, amanhece tomada por policiais e todas as ruas próximas repletas de professores, estudantes e servidores públicos. Ao lado dos professores, a recordação do sucesso nas manifestações de fevereiro; e, ao lado do Governo do Paraná, a convicção de que outra ocupação da Assembleia Legislativa não deveria ocorrer. É neste contexto, que, durante cerca uma hora a manifestação dos professores foi fortemente reprimida pela polícia militar e pela tropa de choque com tiros de bala de borracha, bombas de gás lacrimogênio, bombas de efeito moral, cachorros e com o apoio aéreo de helicópteros, como se de uma guerra tratasse. Depois do dia 29 de abril, mesmo com a votação das mudanças na previdência já tendo ocorrida, a greve se prolongou até o dia 10 de junho, com a mesma adesão massiva de milhares de trabalhadores e com a continuidade de assembleias em um estádio de futebol. Mas para os objetivos deste artigo, paramos a descrição por aqui, para podermos passar a algumas considerações de funda analítico.

## **A política**

Para analisar a virulência deste conflito, que terminou em confronto unilateral, se faz necessário compreender a rede que envolve valorização docente, o exercício de governo e o movimento sindical. Gindin (2011) argumenta que para se entender a ação sindical docente, deve-se levar em conta 7 elementos estruturantes: 1) Relação política com o Estado; 2) Expansão e desenvolvimento do sistema educacional; 3) Locais de Trabalho (localização, concentração do emprego); 4) Trabalho e emprego docente; 5) Recrutamento dos professores; 6) Sexo e gênero dos integrantes da categoria; 7) Imagem social da escola pública e do magistério.

Para os fins de argumentação deste artigo, importa-nos os dois primeiros elementos. Seguindo os argumentos do autor, compreende-se que: *O Estado tem com os professores do setor público uma íntima relação. Foi quem deu uma nova missão ao trabalho docente no século XIX, passou a ser o principal empregador, colocou como tarefa a formação dos professores e regulamentou a atividade* (GINDIN, 2011, p. 10). Em outras palavras, de acordo com o próprio autor, estudar o professorado é estudar a história do desenvolvimento do Estado Nação, assim como de suas ações e dos seus discursos de legitimação. Da mesma maneira, a forma como se expandem os sistemas educacionais é profundamente organizadora da identidade dos professores, assim como das diversas fragmentações no interior da categoria, e principalmente, de seus interesses imediatos. Sistemas independentes no interior de um Estado Federativo, crescimento dos anos iniciais sem correspondência na educação infantil, exigência de formação diferente para professores de anos iniciais, finais ou do ensino médio, etc... são fatores a moldar a coletividade docente.

A esta argumentação de Gindin, podemos reunir outros elementos igualmente decisivos para o que estamos chamando de componente político por trás do massacre do 29 de abril. Os estudos nacionais e internacionais de financiamento da educação demonstram que cerca de 80% dos gastos com educação correspondem a folha de pagamento. Da mesma maneira, a democratização e a universalização do acesso ao ensino fundamental, a capilaridade do sistema educacional e a vinculação constitucional de 25% da arrecadação de impostos de estados e municípios para a educação transformam a política educacional na maior política pública realizada pelo Estado. E por fim, como demonstrou Rafanhim (2012), os princípios do direito administrativo transformam qualquer reivindicação de ordem remuneratória ou de carreira dos servidores públicos, por mais modesta ou simples que seja, em um elemento da política pública, logo, que perdura ao longo do tempo. Ou seja, o princípio constitucional da valorização do profissional da educação não é apenas uma promessa do legislador, pois o processo de sua operacionalização é intrínseco ao desenho das políticas educacionais.

O conjunto destas características estruturantes transformam o conflito pela realização do princípio da valorização docente em elemento central no cálculo de governança dos poderes executivos. E esta centralidade é maior, quanto menor for a fonte de arrecadação dos entes federados. Para traduzir em uma linguagem mais direta, e reunir no mesmo raciocínio valorização docente, exercício de governo e movimento sindical, pode-se construir o seguinte argumento:

Como representante corporativo, a luta pela valorização docente está no âmago da representação e da luta sindical, contudo, dada a dimensão dos custos educacionais e, em especial, o escopo dos profissionais da educação; a mesma é elemento extremamente sensível na organização do ordenamento financeiro do Estado, fazendo com que a resolução satisfatória desta questão seja elemento significativo para o conjunto de políticas executadas no período de um governo, e, portanto, decisiva nas possibilidades ou não do sucesso eleitoral de um governante. Logo, a resolução das questões que envolvem a valorização docente tem custo eleitoral significativo para o governante. Custos eleitorais que vão além da simples imagem de defensor ou inimigo da educação, pois, a resolução desta questão tem impactos significativos no conjunto do financiamento do Estado e do exercício de governo em sentido amplo.

É por este conjunto de motivos que podemos argumentar que atrás da tríade valorização docente / exercício de governo / movimento sindical encontra-se um conflito político amplo que ultrapassa a dicotomia de dois atores e envolvem uma rede mais ampla que afeta não só, a política educacional como um todo, mas o conjunto de políticas públicas e o exercício do poder de Estado, assim como o conflito de classe, gênero e raça, nele representado.

## **O Cenário**

Este conflito político, que é maior que a simples oposição governo/patrão em oposição ao sindicato/professores, precisa, contudo, ser localizado em um cenário preciso, pois o injustificável da ação violenta não se explica somente pela dimensão do mesmo. Assim, faz-se necessário descrever este cenário preciso. Dois elementos são analiticamente importantes: 1) o marco democrático estabelecido pela Constituição de 1988, e a ampliação do espaço público e da circulação dos discursos que foram ganhando força ao longo dos 27 anos que se seguiram até o episódio do 29 de abril; 2) A eleição de Lula em 2002 e a perda de hegemonia política nacional por parte da elite política tradicional brasileira<sup>5</sup> nos 13 anos que se seguiram.

---

<sup>5</sup> Elite política tradicional não tem um sentido conceitual preciso. Ela acaba por ter um sentido de oposição, aquilo que Sader (1988) chamou de os novos personagens que entram em cena. Ou seja, a Elite política tradicional, aqui, é entendida pelas forças políticas que retiram a sua legitimidade de ação da tradição, do poder econômico, do controle do aparelho de Estado, sem uma base política organizada do interior dos movimentos social e popular. Não significa que ela não tenha base política organizada, mas esta base é numericamente pequena, quando comparada com a base popular, e age mais em função da agregação de interesses privados comuns, que na construção de interesses coletivos mediados pelos direitos sociais. Contudo, ele opera de forma

A junção destes dois elementos tem consequências econômicas, demográficas e culturais, com impactos no próprio sistema de estratificação social. O conjunto de artigos reunidos na obra organizada por Arretche (2015) demonstra a diminuição das desigualdades históricas brasileiras após a Constituição de 1988, com uma intensificação importante, após 2003. Esta diminuição é visível em diferentes aspectos: acesso à educação, saúde, renda, água, luz, esgoto tratado e coleta de lixo. Contudo, para o argumento deste artigo, o mais importante são as transformações nas posições de poder dos diferentes atores sociais, dentro desta realidade de diminuição de desigualdade e de empoderamento de novos atores.

Assim, no que diz respeito ao cenário do conflito político pode-se observar, ao menos, seis mudanças significativas: 1) crescimento do poder institucional de setores não identificados com a elite política brasileira tradicional; 2) relativo enclausuramento de setores da elite política brasileira tradicional nos entes federados subnacionais; 3) dificuldade da elite política brasileira tradicional em gerir os interesses de sua base social, a partir dos entes federados subnacionais; 4) na ausência de hegemonia política nacional, por parte da elite política tradicional, crescimento de uma moralização da política, com diminuição do capital político dos partidos, em detrimento da imprensa e das redes sociais; 5) crescimento de setores conservadores não pertencentes a elite política brasileira tradicional (religiosos, baixo clero<sup>6</sup>, militares, lobistas); 6) Alianças entre a elite política brasileira tradicional e estes setores conservadores ascendentes.

Este cenário, contudo, configurou-se de maneiras diferentes, ao longo dos 13 anos que separam a eleição de Lula e o 29 de abril, quando o conjugamos com os ciclos econômicos. Enquanto a política econômica possibilitou um contínuo crescimento econômico, o governo federal legitimou-se como o articulador entre os diferentes interesses da sua própria base social e da base social representada pela elite política tradicional<sup>7</sup>. Neste contexto econômico, portanto, as seis características apontadas acima, não produziram um efeito político imediato e visível, ainda que já crescessem de forma latente.

---

tradicional a partir do controle dos partidos políticos, o que a torna diferente de setores conservadores ascendentes que se apresentam na última década.

<sup>6</sup> Entende-se baixo clero como setores no interior do parlamento que não traduzem a representação política de um agrupamento social identificável, com interesses explicitados no espaço público e com estratégias políticas traçadas no interior de um discurso estratégico de fundo coletivo e ideológico. Ao contrário, com pouca identificação coletiva ou partidária, movem-se por convicções individuais e conjugação de interesses, nem sempre visíveis.

<sup>7</sup> Consideram-se os interesses da base social do governo Lula aqueles representados por sindicatos de trabalhadores urbanos, outros movimentos sociais urbanos, movimento dos trabalhadores sem terra e demais setores organizados no interior do Partido dos Trabalhadores. No entanto, no interior do Governo Federal, estes interesses foram articulados com interesses identificados com os interesses de setores já representados pela elite política tradicional: grandes agricultores, capital financeiro, capital industrial, entre outros.

No entanto, a partir da segunda metade do primeiro Governo Dilma, com o prolongamento da crise econômica mundial, a legitimidade política, gerada pelo desempenho econômico nacional, começa a ser corroída, na medida em que a União, paulatinamente, perde sua capacidade de financiar e induzir o conteúdo das políticas públicas. O bom desempenho do mercado de trabalho<sup>8</sup>, com a construção de um cenário de pleno emprego, ainda sustentou a reeleição de Dilma, em 2014, mas, ao mesmo tempo, os problemas derivados da falta de crescimento da economia, que eram evidentes, solaparam a sua base parlamentar e acabaram com a capacidade de indução das políticas públicas, a partir de cima.

É dentro destes parâmetros políticos e econômicos que os novos governadores estaduais, eleitos ou reeleitos em outubro de 2014, tomam posse, no início de 2015, em um cenário de crise fiscal do Estado e com uma ampliação das dificuldades da elite política brasileira tradicional em atender as demandas de sua base social. A perda da capacidade de financiamento da União repercutiu em dificuldades novas para os representantes das elites tradicionais no interior dos entes federados subnacionais e os moveram na direção de novas composições de governos, em alianças com novos setores da sociedade. Mas para estas questões, faz-se necessário olhar os personagens principais do conflito.

## **Os Personagens**

Para reduzir os personagens envolvidos, ao menor nível descritível possível, pode-se delimitar o conflito ao embate que envolve os trabalhadores da educação do estado do Paraná, tendo a APP-Sindicato como o ator social mais visível e representativo, e o Governo do Estado do Paraná, simbolizado na liderança do governador Beto Richa. No entanto, APP-Sindicato e Beto Richa não se traduzem a uma simples instituição sindical e um indivíduo privado que foi eleito governador do Estado. Assim, faz-se necessário uma melhor descrição sociológica e política dos personagens.

A APP-Sindicato é o maior sindicato de trabalhadores do estado do Paraná. Representa os trabalhadores em educação da rede estadual do Paraná e de um conjunto de redes municipais menores do próprio estado. Foi fundada, como associação, em 1947, e transformou-se em Sindicato em 1988, após a Constituição Federal reconhecer o direito de filiação dos servidores públicos. Até 1998, representava exclusivamente os professores, mas,

---

<sup>8</sup> Tendo como parâmetro o mês de janeiro, o desemprego no Brasil reduziu-se, segundo o IBGE, de 11,2%, em 2003, para 4,8%, em 2014.



após esta data, unificou-se ao SINTE/PR e passou a representar todos os trabalhadores da educação, docentes ou não (CARISSIMI, 2016).

A APP-Sindicato, assim como outros sindicatos estaduais de trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação / CNTE, possui uma grande estrutura de mobilização (CARISSIMI, 2016), uma forte capacidade de intervenção e negociação institucional (FERRAZ & GINDIN, 2014), e uma significativa capilaridade política. Sua estrutura de mobilização e capilaridade política se estende por todas as regiões do estado do Paraná, materializadas em 29 núcleos sindicais, com sede própria e capacidade de arrecadação e mobilização (CARISSIMI, 2016). A entidade representa uma base de cerca de 100.000<sup>9</sup> trabalhadores na ativa e conta com 55.142 filiados (FERRAZ & GOUVEIA, 2015), entre ativos e aposentados.

Sua capacidade de mobilização, ainda que significativa, enfrenta dificuldades típicas derivadas da histórica fragmentação da base docente (DAL ROSSO, 2011; 2013, FERRAZ & GOUVEIA, 2012; 2013, GINDIN, 2011, VICENTINI & LUGLI, 2009), quando se considera interesses divergentes entre ativos e aposentados, estatutários e temporários (PSS's), trabalhadores docentes e não docentes, estaduais ou municipais e as diversas peculiaridades regionais. De qualquer maneira, seu histórico recente, assim como o da entidade nacional a qual é filiada – CNTE – acumulou um número significativo de conquistas, como Plano de Carreira Estadual para docentes e não docentes, reajustes salariais acima da inflação do período, Piso Salarial Profissional Nacional, implementação da hora-atividade, dentre outras. Este histórico recente é importante, pois, colocou a entidade sindical, no momento dos conflitos que desembocaram no 29 de abril, em uma situação de amplo reconhecimento da categoria, alta legitimidade política para falar em nome da mesma, assim como em condições de promover grandes mobilizações e sustenta-las, mesmo diante de grande adversidade.

Para tentar compreender o governo Beto Richa são necessários dois enfoques analíticos que se complementam: 1) a trajetória de Beto Richa como liderança política; 2) as transformações em suas alianças políticas que separam seu primeiro governo diante do Estado do Paraná e o segundo governo, que se iniciou em 2015.

Na trajetória política de Beto Richa, alguns elementos merecem destaque. Ele é o primeiro governador do Estado de uma geração posterior aquela que se formou nos embates

---

<sup>9</sup> Este número corresponde a uma projeção considerando funções docentes conforme censo escolar/INEP 2013 da rede estadual do Paraná e demais redes municipais representadas pela APP-Sindicato, assim como demais profissionais da educação não docentes.

de finais da ditadura militar e no processo de conquista da redemocratização. Os últimos governadores do Paraná, anteriores a Beto Richa (José Richa 1983/1986; Álvaro Dias 1987/1990; Roberto Requião 1991/1994; Jaime Lerner 1995/1998 e 1999/2002; e Roberto Requião 2003/2006 e 2007/2010), todos são políticos de uma geração que ganha protagonismo ao longo ou ao fim do regime militar. Este fato é importante, pois demonstra a capacidade de articulação de Beto Richa para vencer a concorrência interna de sua geração e se projetar como liderança política da elite tradicional do Paraná.

Outra característica importante é que, diferentemente das lideranças paranaenses das gerações anteriores, que tinham uma forte marca provinciana, ancorada fortemente nos interesses e poderes locais, Beto Richa construiu uma interlocução nacional e internacional importante, podendo vocalizar interesses que vão além das fronteiras do estado. Esta característica ficará mais evidente quando analisarmos a montagem do seu segundo governo.

Por fim, dois traços na condução da política ainda são importantes de serem considerados. O primeiro diz respeito a sua relação com os movimentos sociais. Tanto, nos seis anos que esteve à frente da prefeitura de Curitiba, como, nos quatro anos de seu primeiro mandato como governador, enfrentou fortes dificuldades de diálogo com os sindicatos e outros atores coletivos. Poucas vezes abriu negociações, mas, em vários momentos, atendeu as reivindicações, apresentando-as como uma concessão unilateral de sua parte. Desta forma, se o diálogo era ruim, os resultados das negociações não chegaram a desagradar, significativamente, os movimentos sociais.

Contudo, esta estratégia só foi possível, dentro de um contexto econômico específico. Nos dez anos que esteve à frente da prefeitura de Curitiba e do governo do estado do Paraná, Beto Richa adquiriu experiência à frente do poder executivo, em um período de forte arrecadação pública. Esta situação muda drasticamente entre 2014 e 2015, no contexto de crise fiscal do Estado. Voltaremos a esta questão adiante. Por hora, vamos focalizar as alianças que compuseram os seus dois governos: o que vai de 2011 a 2014, e o que se iniciou em 2015.

Não vamos aqui esgotar todas as características das alianças necessárias para se construir uma governabilidade. Vamos apenas enfatizar aquelas que se apresentam diretamente envolvidas nos conflitos que opôs APP-Sindicato e governo Beto Richa. Assim, concentremos na secretaria da Educação e da Fazenda e, posteriormente, na secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, devido a sua intervenção no episódio

repressivo resultante do conflito. Em relação a secretaria de Educação, os dois secretários escolhidos têm trajetórias distintas, assim como são diferentes os seus laços políticos.

Entre 2011 e 2014, o secretário de educação foi Flávio Arns, que também era o vice-governador do estado. Político de longa trajetória pública, Flávio Arns foi deputado e senador, tendo passado por diferentes partidos, dentre os quais o PSDB e o PT. Cultivou ao longo do tempo, um diálogo com diversas organizações não governamentais, principalmente aquelas vinculadas ao debate sobre educação especial, e dentre elas merece destaque as Federações estaduais e nacional das APAE's. A partir de 2015, assumiu a secretaria de educação Fernando Xavier<sup>10</sup>. Ao contrário de Flávio Arns, que possuía uma trajetória política pública, Fernando Xavier construiu sua trajetória na gestão de empresas públicas e privadas, principalmente na área de telefonia, tendo passado pelas presidências da Telebrás e Telepar, antes da privatização das mesmas, coordenando ao lado do ex-ministro das Comunicações, Sérgio Mota, o processo de privatização do setor, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, foi presidente da Telefônica no Brasil e, quando assumiu a secretaria de educação, era Conselheiro do Grupo Educacional Positivo (GAZETA DO POVO, 19/12/2014).

Na secretaria da Fazenda, os movimentos não foram tão diferentes. O primeiro governo Beto Richa terminou em 2014, tendo como secretário da Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani. Ainda que tenha sido secretário, somente nos últimos nove meses do primeiro governo, já havia passado pela Diretoria Financeira da Copel e havia sido secretário da Administração e Previdência e da Casa Civil do Governo do Estado, entre 2011 e 2012. Luiz Eduardo Sebastiani também havia sido secretário de finanças da gestão Beto Richa na Prefeitura de Curitiba, assim, como, antes de se tornar secretário de Beto Richa, era um especialista ao qual a bancada petista recorria para debates orçamentários na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Em contraponto, a partir de 2015, assume Mauro Ricardo Costa. Mauro Ricardo Costa inicia sua trajetória como auditor fiscal da Receita Federal. Em 1993, no governo Itamar Franco, assumiu como Secretário de Administração Geral do extinto Ministério do Bem-Estar Social. Em 1995, assumiu a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, no Ministério de Planejamento e Orçamento, comandado por José Serra, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1999, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, assumiu a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), permanecendo até o final do governo. Em 2003, no governo

---

<sup>10</sup> Fernando Xavier deixou de ser secretário de educação depois do 29 de abril.

Aécio Neves, assumiu a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). De lá seguiu para a Secretaria Municipal de Finanças de São Paulo, gestão José Serra; para a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, gestão José Serra, retornou para a Secretaria Municipal de Finanças de São Paulo, gestão Gilberto Kassab, e, em 2013, a Secretaria de Fazenda de Salvador, na gestão ACM Neto.

Por fim, ainda se faz necessário destacar que, em 2015, assumiu como secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária, Fernando Francischini<sup>11</sup>. Fernando Francischini tem carreira política meteórica, após ter sido um dos delegados da polícia federal envolvidos na prisão do traficante Fernandinho Beira-Mar. Foi secretário municipal anti-drogas de Curitiba, na gestão Beto-Richa e deputado federal. É um exemplo de político, de corte conservador, com pouca base social organizada, mas com alta capacidade de visibilidade eleitoral.

O importante desta breve apresentação, não é evidenciar currículos individuais, mas os vínculos políticos. Enquanto em Arns e Sebastiani é visível a capacidade de interlocução com o governo federal, em função do trânsito político que possuem com setores do PT; Xavier e Costa representam quadros nacionais do PSDB, com forte trânsito junto ao mercado. Francischini, por sua vez, representa a ascensão política dos setores conservadores não ligados a elite política tradicional brasileira. Todos estes casos refletem a capacidade de o governo federal financiar e induzir políticas entre 2011 e 2014, assim como a necessidade de manter interlocução com o mesmo. E uma reconfiguração política, a partir de 2015.

### **Considerações analíticas**

É evidente que, do ponto de vista moral ou dos direitos humanos, a violência ocorrida no 29 de abril foi totalmente absurda. No entanto, para retomarmos a pergunta inicial que nos moveu é bom recordá-la de forma explícita: *O que levou dois atores institucionais experientes (Governo do Estado do Paraná e APP-Sindicato) a se envolverem em um ato unilateral de violência desmedida e injustificável?*

Temos, agora, condições de fazer algumas considerações analíticas. Pode-se enumerar ao menos quatro tensões que iluminam, em parte, o ocorrido: 1) Movimento social em momento de alta capacidade de mobilização X Governo com problemas fiscais; 2) Movimento social em momento de alta capacidade de mobilização X um governo que

---

<sup>11</sup> Francischini também deixou de ser secretário depois do 29 de abril.

tradicionalmente recuava, ancorado pela boa arrecadação anterior; 3) Movimento social em momento de alta capacidade de mobilização X Governo em nova coalizão com forças conservadoras ascendentes; 4) Movimento social em momento de alta capacidade de mobilização X Governo em dificuldade de atender aos interesses de sua base social.

Este quadro implica em uma dupla leitura. A primeira diz respeito a buscar explicação para o não recuo do movimento sindical frente a forte probabilidade da repressão. A justiça por trás das reivindicações não é resposta suficiente. Em outros momentos históricos, demandas justas não mobilizaram, com tamanha intensidade, os trabalhadores em educação. Por isso, a insistência em relação ao momento de forte capacidade de mobilização sindical. O acúmulo de mais de uma década de ganhos salariais em função do desempenho da economia, o passado recente de mobilizações bem-sucedidas, o avanço institucional na definição da carreira e do piso salarial, o cenário de baixo desemprego e a unidade de diferentes frações da categoria são elementos sociológicos importantes na capacidade conjuntural de mobilização dos trabalhadores. Certo sentimento de invencibilidade coletiva alimentou uma imagem coletiva forte da categoria.

Do outro lado reuniu-se um conjunto de fatores igualmente complexos. Os problemas fiscais, somado aos 13 anos longe do governo federal, colocaram dificuldades nada desprezíveis para a elite política tradicional brasileira. Ou seja, neste cenário, a pressão de sua base social é intensa e a disputa pelo fundo público se torna mais predatória. Administrar estas pressões não é uma tarefa simples.

Ao mesmo tempo que a tarefa política se tornou mais complexa, a própria disputa pelo fundo público empurrou o governo para uma solução em que se desfez de quadros políticos mais acostumados com a negociação e se cercou de quadros técnicos de mercado, com menor experiência em negociação com movimentos sociais representativos. Também a ascensão dos quadros conservadores auxiliou na construção de saídas autoritárias para o conflito.

O repertório mais conhecido de solução política para a relação com os movimentos sociais, ao longo de trajetória política de Beto Richa, que consistia em recuar e atender demandas, apresentando-as como decisão unilateral do governante, tornou-se inviável, pois, a queda na arrecadação, derivada da crise fiscal, impossibilitou tal solução. Assim, ao governo abundavam as pressões de sua base social e as disputas pelo fundo público, faltavam articuladores políticos com experiência de negociação com setores populares, inexistia dinheiro em caixa, e sobravam sugestões de medidas autoritárias.

Tal quadro não justifica, do ponto de vista moral, o ocorrido no 29 de abril. Mas, talvez, nos ajude a compreender porque dois atores sociais tão experientes ficaram sem soluções democráticas que pudessem apresentar como aceitáveis para suas respectivas bases sociais, naquele momento. Neste processo, solapou-se qualquer medida de regulação social e restou apenas a violência estatal.

### **Referências Bibliográficas**

ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Unesp, 2015.

CARISSIMI, A. C. V. *Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-Sindicato com os governos entre os anos 2003-2015*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Educação. Curitiba, 2016.

DAL ROSSO, S. Elementos para uma teoria do sindicalismo no setor de educação. In: DAL ROSSO, S. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

\_\_\_\_\_. Fragmentação sindical. In: *Educar em Revista*. Nº 48, Curitiba: UFPR, abr./jun. 2013.

FERRAZ, M.; GINDIN, J. Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, BRIDI e FERRAZ (org.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

FERRAZ, M.; GOUVEIA, A. B. Estrutura sindical e cenário político: o sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul e no Paraná. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 17, nº 27. Rio de Janeiro: ALAST, 2012.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo Docente e Política Educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. In: *Educar*. Vol 48, nº 2. Curitiba: UFPR, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimento sindical docente e a luta pela efetivação do PNE. In: GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. R.; FERNANDES, M. D. E. (Orgs.). *Financiamento da educação no Brasil: os desafios de gastar 10% do PIB em dez anos*. Campo Grande: Ed. Oeste, 2015.

GINDIN, J. *Por nós mesmos*. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro, 2011.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa, I* – racionalidade de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Teoría de la acción comunicativa, II* – crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 2001b.

LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

RAFANHIM, L. decisões judiciais e valorização dos profissionais do magistério de Curitiba. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Educação. Curitiba, 2012.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SCHMITT, Carl. *The Concept of Political*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

TELLES, V. S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. *História da profissão docente no Brasil*. São Paulo: Cortês, 2009.

WEBER M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* – vol. 1. Brasília: Editora UnB, 1994.